

Pauta interna: três anos sem nenhum resultado

Documento protocolado em agosto de 2015 foi ignorado pela direção da universidade, que sequer abriu o diálogo com a categoria docente

Fruto de discussões durante a greve de 2015 em torno das demandas locais da categoria, a Pauta Interna dos docentes da UFLA foi protocolada junto à direção da universidade em 31 de agosto daquele mesmo ano. Entretanto, passados três anos da elaboração e formalização do documento, nenhuma das reivindicações chegou a ser implementada, tampouco chegaram a ser pauta de discussão junto à reitoria, que não tem aceito se reunir com a atual diretoria da seção sindical.

A Pauta Interna foi o resultado de uma série de debates assembleias e que incluiu consulta aos docentes em listas de discussão, enquete pela *internet* e debates em grupos de trabalho ao longo da paralisação nacional da categoria, que lutava pela defesa do caráter público da universidade; melhores condições de trabalho; garantia da autonomia; reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados, entre outros pontos.

Entre as demandas da pauta interna está o excesso de atividades burocráticas, muitas delas redundantes, o que tem prejudicado o desempenho dos docentes devido à morosidade resultante dos processos administrativos.

A judicialização das demandas foi outro ponto na pauta de docentes. Este item refere-se a todos os problemas administrativos que têm de ser resolvidos judicialmente ao invés de terem solução administrativa, como por exemplo questões relacionadas a insalubridade, adicional noturno, vale transporte, reposicionamentos de carreira e aceleração da promoção.

O documento aponta também problemas de infraestrutura física do campus decorrentes do crescimento desde o REUNI, com destaque para a falta de planejamento em relação ao usuário final, potencial beneficiário das instalações.

Além das questões de infraestrutura física, a expansão resultante do REUNI deu origem a uma série de demandas sobre a adequação de recursos humanos e questões pedagógicas que promovam atendimentos mais satisfatórios dentro da expansão da universidade.



Ofício de encaminhamento da Pauta Interna dos docentes, protocolada em 31/08/2015. Até o momento, não houve manifestação da direção da universidade no sentido de discutir as reivindicações definidas após consultas, debates e discussões em grupos de trabalho durante assembleia da categoria.

Por fim, foi identificada uma excessiva centralização da gestão, resultando em demandas por mais transparência e eficiência na comunicação social que decorrem de problemas da própria centralização e pela falta de mecanismos que promovam participação e engajamento efetivo dos docentes em decisões de gestão. A

transmissão das reuniões dos conselhos máximos é uma das demandas que tenta mitigar a falta de transparência.

Depois de tanto tempo, precisamos atualizar nossas demandas e intensificar nossa cobrança por atendimento por parte da administração. (Confira o resumo da Pauta Interna na página 3).

Editorial

O ano de 2018 se coloca marcado por processos eleitorais. Em nosso caso específico, passamos pela eleição de uma nova diretoria do Andes-SN - que contou com a disputa de dois projetos, que após ampla discussão ensejaram na escolha pela base da categoria pela chapa 1 "ANDES autônomo e de luta". No âmbito geral, nesse momento particular as atenções voltam-se para a eleição de representantes no Congresso Nacional e Presidência da República. Se de um lado nos assentamos na certeza da independência do sindicato para com partidos, candidaturas e governos, de outro abre-se um horizonte de incertezas com as eleições do legislativo e executivo, em que os velhos caudilhos e novos fisiológicos se espremem entre as tentativas de reeleição e as condenações por corrupção e malversação com o dinheiro público. Desta forma, a agenda nacional é atingida por todo tipo de defesa de interesses de grupos que tentam tirar vantagens econômicas de políticos que perderam a noção mínima de representação da massa de eleitores.

E neste difícil cenário de representação, agravado por uma crise econômica, que serve de justificativa para ataques aos mais diversos direitos básicos, vemos o funcionalismo público federal tentando resistir, mas sem a força de outrora. Os motivos da desmotivação do funcionalismo público para a luta são os mais diversos, e variam com a categoria. Mas certamente, alguns pontos comuns nos atingem, como é o caso da grave divisão presente nas carreiras depois da reforma da previdência de 2003, que foi criando diferentes regras e grupos de atingidos.

O caso dos docentes federais pode ser agravado pela falta de identidade dos mesmos com a classe trabalhadora e, portanto, achando que não serão atingidos pelos diversos golpes nos direitos. Não desejamos ser alarmistas, mas achamos que passou a fase de lutarmos por carreira e salário apenas, devemos também é nos preocupar com nosso emprego, nosso cargo público, que pode não acabar no papel, mas será tão reduzido de direitos que deixará de ser motivador.

Desta forma, os enfrentamentos em âmbito nacional estão em compasso de espera pelas eleições, bem como estão restritos à reação aos ataques do grupo que leiloa o Estado para garantir algum tipo de poder ou salvaguarda. Falta espaço para uma agenda de alargamento de direitos, e motivação vinda da base sinalizando a vontade de luta.

Enquanto no âmbito nacional o cenário é desolador, no âmbito local, as Seções Sindicais estão se deparando com uma agenda interna de execução da redução de direitos, em muitos casos liderada pelo TCU-CGU, que resolveu legitimar o ato de legislar de órgãos do executivo por meio de instruções normativas e portarias.

E para isso o remédio tem sido sempre o uso de judicialização das reações, o que cria outra paralisia no grupo de servidores e servidoras, pois ficamos dependendo de um lento setor judiciário, como é o caso da ação para o pagamento do adicional noturno em fase de ajuizamento. No âmbito local precisamos também ajudar os/as sindicalizados/as a entender o que é a previdência privada, representada pela FUNPRESP, bem como instruí-los de direitos diversos.

E nesse sentido, a luta para a negociação da pauta interna precisa ser retomada com mais intensidade, uma vez que a Administração da UFLA não tem sinalizado o interesse de conversar, ou sequer receber a ADUFLA. Vale a pena ler com detalhes os itens da pauta interna neste jornal, e começar a conversar com os/as colegas para conseguirmos aumentar a pressão sobre nossos administradores/as, pois nossa pauta visa a melhoria de nossas condições de trabalho.

E na conjuntura de luta por retirada de direitos, temos que reagir a tentativa de aprovação no Conselho Universitário de resolução que tenta colocar uma grave limitação para a liberdade sindical e de manifestação na UFLA, uma verdadeira tentativa de mordação.

- IN MEMORIAM -



Prof. Raimundo Vicente de Sousa (DMV)
(19/7/1967 - 2/6/2018)

Falar sobre o Professor Raimundo é fácil e prazeroso se consideramos sua alegria e simplicidade; difícil é expressar em palavras a capacidade de trabalho e inteligência, exemplo para todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

Graduado em Medicina Veterinária pela UFMG, este nosso querido colega se apaixonou precocemente pela Farmacologia e pela docência, passando a exercê-la assim que se formou.

Detentor de um coração enorme, a palavra "não" estava ausente de seu vocabulário quando o assunto era ajudar! Quantas vezes deixava de fazer suas próprias tarefas para priorizar as necessidades dos demais – às vezes, pessoas que ele acabara de conhecer.

Exemplo de profissional, colega e cidadão, nos inspirou por 21 anos como professor na UFLA, mas infelizmente nos deixou muito cedo. Com sua ausência, resta-nos a responsabilidade de tentarmos dar continuidade ao seu legado – tarefa impossível de ser concluída sem a contribuição da esposa e filhos, detentores de uma luz diferenciada, herdada do pai.

*Texto produzido pelo Departamento de Medicina Veterinária a pedido da ADUFLA
Por Henrique R. A. de Resende (DMV)*

Expediente

JORNAL DA ADUFLA: INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Diretoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho – DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira – DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. – DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza – DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves – DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado – DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade – DAG

Giovana Augusta Torres – DBI

José Monserrat Neto – DCC

Joelma Pereira – DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo – DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro – DIR

Joel Yutaka Sugano – DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG

CEP 37200-000 - (35) 3829 1167

adufila@adufila.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (jp06962)

Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares

Resumo da Pauta Interna

Tema 1: Burocratização excessiva

Diz respeito ao excesso de atividades burocráticas, muitas delas redundantes, o que tem prejudicado o desempenho dos docentes.

- 1) Planejar as necessidades de sistemas informatizados junto aos usuários finais;
- 2) Adotar um sistema integrado que evite repetição e sobrecarga de serviço para docentes e chefia;
- 3) Elaborar e disseminar Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para técnicos e professores;
- 4) Desenvolver e implementar Intranet que permita gerenciar todos os sistemas, com interface com o Lattes;
- 5) Vincular a informação sobre o controle acadêmico dos estudantes às turmas de matrícula;
- 6) Possibilitar a apresentação de sugestão de melhorias no próprio sistema;
- 7) Adotar em período experimental, em um grupo representativo de usuários final, a implantação de qualquer novo módulo no sistema.

Tema 3: Infraestrutura do Campus

Muitos problemas observados na infraestrutura física do Campus decorrem do crescimento desde o REUNI.

O principal problema identificado foi o da falta de planejamento com o usuário final, potencial beneficiário das instalações.

- 1) Disponibilizar transporte interno contínuo;
- 2) Simplificar as solicitações de transporte;
- 3) Minimizar ou eliminar os problemas agravados nos cursos e atividades noturnos: acesso a estacionamentos, iluminação, segurança, fechamento de pistas (pista norte) e espaços de uso comum sem devido planejamento, furtos frequentes no hospital veterinário;
- 4) Exercer gestão junto ao poder público municipal requerendo mais linhas (diferentes rotas) e horários da UFLA para cidade e vice-versa, que atendam a demanda crescente da comunidade acadêmica;
- 5) Redimensionar o número e tamanho de salas de aula e do RU compatível com o crescimento dos cursos;
- 6) Melhorar a acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção, visão, audição, etc;
- 7) Melhorar segurança em laboratórios.

Tema 6: REUNI

Após a expansão promovida pelo REUNI na UFLA surgiram inúmeras demandas em relação ao recursos humanos e questões pedagógicas para um atendimento mais satisfatório desta expansão.

Demandas específicas:

1. Promover a contratação de técnicos e docentes para atender a crescente expansão;
2. Quantificar o trabalho docente considerando: ensino, extensão e pesquisa. Buscar metodologias consensuais entre os diversos fazeres docentes;
3. Agendar visitas/reuniões periódicas da Diretoria Executiva com os departamentos.

Tema 2: Judicialização das demandas

Refere-se a todos os problemas administrativos que ferem direitos legais de docentes, técnicos e estudantes, que têm de ser resolvidos via judicial, ao invés de terem solução administrativa.

- 1) Procurar contemplar direitos de docentes, técnicos e estudantes em procedimentos padrão, sem ser necessário invocar instâncias judiciais, pois tão grave quanto pagar o indevido é não pagar o devido;
- 2) Dar a devida fé pública para a palavra do servidor. Muitos dos procedimentos burocráticos ignoram isso, em prejuízo da racionalidade dos procedimentos administrativos;
- 3) Apoiar e facilitar a qualificação de mestres evitando que as restrições internas sobreponham à legislação federal.

Tema 4: Infraestrutura para Apoio ao Ensino

Muitos problemas observados na infraestrutura para apoio ao ensino também decorrem do crescimento desde o REUNI.

- 1) Adequar ambiência e equipamentos em salas de aula de acordo com necessidades e especificidades de cursos e disciplinas observando: tamanho, acesso às salas (no. de portas), acesso a chaves do multimídia; ventilação, acústica, iluminação, internet de alta qualidade, equipamentos audiovisuais, manutenção e limpeza;
- 2) internet de alta qualidade nos gabinetes de docentes;
- 3) Planejar o processo de pré-matrícula, matrícula e prioridades de matrícula visando adequar o número e tamanho das turmas contribuindo para melhorar a eficiência do processo ensino aprendizagem.

Tema 5: Centralização de Gestão

Neste aspecto identificou-se demandas por mais transparência e eficiência na comunicação social, que decorrem de problemas de centralização, falta de mecanismos que promovam participação e engajamento efetivo dos docentes em decisões de gestão.

1. Promover maior transparência nas decisões dos órgãos superiores: divulgação em tempo hábil da pauta e publicação das atas para todos os docentes. Retransmissão ao vivo pela Internet;
2. Promover maior transparência em decisões e ações de gestão de verbas, resoluções e ações de pró-reitorias, critérios de distribuição de vagas, cálculo de carga didática por unidade, recursos de transporte, etc.
3. Promover audiência pública para decisões estratégicas: orçamento, criação de cursos, definição de prioridades de crescimento, etc;
4. Contratar técnicos e docentes;
5. Quantificar o trabalho docente: ensino, extensão e pesquisa. Buscar metodologias consensuais entre os diversos fazeres docentes;
6. Agendar visitas periódicas da diretoria executiva com os departamentos.

Decisão judicial confirma o direito ao adicional de insalubridade

Justiça ratifica termos da liminar concedida à ADUFLA pelo restabelecimento do direito ao adicional de insalubridade aos professores

Após sentença do juiz federal Maurício Freitas Maia, da Vara Civil e Criminal da Subseção Judiciária de Lavras, a Justiça acolheu em parte a preliminar de carência da ação movida pela ADUFLA para declarar a nulidade da suspensão do pagamento do adicional de insalubridade aos substituídos com domicílio no âmbito da competência dessa Subseção judiciária até que a Universidade Federal de Lavras elabore laudos técnicos individualizados para adequação ao pagamento do adicional de insalubridade.

Na prática, a decisão ratifica os termos da liminar concedida em novembro de 2017 que determinou imediato restabelecimento do pagamento do adicional de insalubridade a todos/as os/as substituídos/as que tiveram a referida verba suprimida preventivamente pela autarquia, o que significou um enorme ganho da categoria, devidamente representada pela ADUFLA Seção Sindical do ANDES-SN.

63º CONAD: docentes definem plano de ações para o segundo semestre

Delegados e observadores presentes ao 63º CONAD do ANDES, em Fortaleza, discutiram e atualizaram o plano de lutas dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e das Estaduais e Municipais de Ensino Superior (lees/lmes).

Para o setor das IFES, destaque para o fim do ponto eletrônico nas Instituições. Os docentes decidiram promover uma articulação política nacional com entidades afins para dispensa do ponto eletrônico para docentes federais, estaduais e municipais do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) ou similar.

Foi deliberado, ainda, um calendário de ações incluindo um dia de luta contra o racismo e dia de luta contra os assédios sexual e moral, em conjunto com o Setor das lees/lmes.

Para Jaqueline Lima, encarregada de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, a avaliação é positiva. "Além da atualização e aprovação do plano de lutas pelos próximos seis meses, alguns aspectos importantes como o fortalecimento das ações dos setores das Federais e das Estaduais, que têm propostas de lutas, como o dia de luta contra o racismo e o dia de luta contra o assédio moral e sexual, e isso é muito importante. A denúncia sobre a questão do ponto eletrônico é um avanço que nós temos e um enfrentamento que precisa ser feito. Para além da denúncia só do ponto eletrônico, mas também do controle hoje do trabalho docente", frisou Jaqueline, entre outras.

Representaram a ADUFLA S. Sindical os professores Gustavo Seferian (DIR) como delegado e Gustavo Costa (DAE) como observador.

Fonte: ANDES-SN

III - Dispositivo.

Ante o exposto, reafirmando a tutela provisória de urgência concedida, e acolhidos os pedidos, julga-se procedente a pretensão externada na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito (art. 487, I, CPC) e acolhendo em parte a preliminar de carência da ação, para declarar a nulidade da suspensão do pagamento do adicional de insalubridade aos substituídos com domicílio no âmbito da competência dessa Subseção judiciária na data de propositura da ação, até que a ré elabore laudos técnicos individualizados para adequação ao pagamento do adicional de insalubridade, devendo, após, ser instaurado processo administrativo nos casos de suspensão do pagamento.

Custas pela parte ré que deverá reembolsar a parte autora pelo adiantamento realizado[5].

Fica a parte ré condenada ao pagamento das despesas processuais e de honorários advocatícios, os quais são fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa devidamente corrigido pelos índices constantes do manual de orientação de procedimentos para cálculos da Justiça Federal, correspondente ao proveito econômico pretendido pelo demandante, considerados o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação dos serviços, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo Procurador, o tempo exigido para o seu serviço e os critérios estabelecidos para a fixação de honorários nas causas em que a Fazenda Pública for parte, nos termos do artigo 85 do NCPC e seus respectivos parágrafos.

Sentença sujeita ao reexame necessário, nos termos do artigo 496, I do CPC.

Após o trânsito em julgado e cumpridas as determinações supra, nada sendo requerido, oportunamente, arquivem-se.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Trecho final da decisão em primeira instância relativo à Ação impetrada pela ADUFLA em favor do restabelecimento do benefício da Insalubridade aos docentes na UFLA

EM TEMPO: Um grupo de sindicalizados ganhou outra ação para receber o adicional de insalubridade cortado pela UFLA nos casos em que se exercia concomitantemente cargo de coordenação de curso. Mais detalhes da decisão no www.adufla.org.br



Rodrigo Rosa

Precarização das IFEs aponta para estratégia de privatização

Na rota do desmonte da estatais, Educação pública, gratuita e de qualidade pode ser o próximo alvo no processo neoliberal em curso no país

Em meio a um aprofundamento da política de privatizações no governo de Michel Temer, seguindo a cartilha clássica do neoliberalismo (vide Petrobras, Eletrobras, Embraer, Pré-Sal, entre outros exemplos), a educação pública brasileira sofre com cortes orçamentários constantes, desde ao menos 2015, que atingem diretamente a infraestrutura, o ensino, a pesquisa e a extensão na graduação e na pós-graduação. O atual governo tem uma política de desmonte do ensino público federal que leva ao sucateamento das IES, reflexo direto das políticas de ajuste fiscal no contexto da mundialização do capital, com implicações diretas para a educação superior no país.

Em 2003, a União gastou R\$ 349 bilhões em juros e amortizações da dívida pública (valores atualizados), contra R\$ 20,2 bilhões com as universidades. Já em 2017, os gastos com juros e amortizações foram de R\$ 536,6 bilhões contra R\$ 50,3 bilhões para as IFE. Já os gastos com Ciência e Tecnologia apresentaram crescimento até 2013 e, posteriormente, uma redução significativa, em 2017, retornando aos patamares de 2005. A gravidade dos cortes se expressa no fato de, em 2017, os gastos com C&T corresponderam praticamente à metade dos gastos realizados no ano de 2013.

Desmonte da carreira docente

A desconstrução da educação pública ocorre paralelo ao aumento do lucro de corporações como a Kroton/Anhanguera, considerada a maior empresa educacional do país, com valor de mercado em torno de 8 bilhões de dólares. Só no segundo trimestre de 2017, a empresa teve alta de 15% em seu lucro líquido (cerca de R\$ 645 milhões).

Dentro deste processo de precarização, a destruição da dedicação exclusiva, tanto nas instituições estaduais quanto nas federais, torna-se um dos pilares da contrarreforma da educação. A extinção do Regime de Dedicação Exclusiva se torna uma ruptura do caráter público das universidades, sendo um dos meios para promover a educação privada e alavancar o processo de privatização. O impedimento de realização de concursos causará impacto na saturação do número de professores substitutos e temporários. No mesmo patamar de agudização dos ataques do governo estão as contrarreformas trabalhista e da previdência.

A docência voluntária prevista na EC 95/2016, que permite o serviço voluntário no âmbito dos cursos de graduação, amparada ainda pela Lei 9.608/1998 e ainda pela Orientação Normativa 02, é outro ataque a carreira docente, como a própria contratação de professores por meio das Organizações Sociais (OS), que, na prática, configura-se como terceirização das atividades fins das universidades.

Em palestra realizada na UFLA, em novembro de 2016, por ocasião do evento promovido pela



“A extinção do Regime de Dedicação Exclusiva se torna uma ruptura com o caráter público das universidades, sendo um dos discursos para promover a educação privada e alavancar o processo de privatização” - Universidade e Sociedade 61 - ANDES-SN

ADUFLA contra a PEC dos Gastos, a então presidente do ANDES-SN e atual 1ª Secretária da entidade, Eblin Farage, alertava que o novo marco para a Ciência e Tecnologia proposto para o país não garantiria o tripé fundamental da universidade, ou seja, o Ensino, Pesquisa e Extensão. “O professor terá que ser empreendedor, pois terá que buscar o financiamento das pesquisas junto à iniciativa privada, através das parcerias público-privadas, ou seja, da relação da universidade com empresas, algo que o ANDES sempre foi contra pelo simples fato de que quem paga manda, ou seja, direciona a pesquisa para o mercado. Isso vai eliminar diversas carreiras dentro da universidade, justamente aquelas que não têm atrativos mercadológicos, agravando a desigualdade dentro das instituições”, afirmou Eblin à época.

Corte nos investimentos

Neste cenário, o ensino superior no país vive a maior crise da história. Os orçamentos caíram ao menor nível em 20 anos. As receitas destinadas a custeio e investimento (excluídas aí despesas obrigatórias e reservas de contingência) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) foi de R\$ 4,7 bilhões para 2018, 25% menos do que o valor de 2017. Para as universidades públicas federais, os recursos de custeio estão em patamar 20% inferior aos de 2014, e os previstos para investimento foram cortados em mais de 80% em relação ao mesmo ano.

Em 2018, a situação piorou. Com o orçamento aprovado pelo Congresso em dezembro, os recursos do CNPq recuaram de R\$ 1,6 bilhão em 2017 para R\$ 906 milhões. O maior corte se dará na rubrica de

desenvolvimento científico, cuja verba cai para menos da metade, de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 640 milhões.

Os cortes orçamentários para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que gerencia a maioria das bolsas de pós-graduação e editais de cooperação internacional foram de 20%.

O resultado dessa política de terra arrasada é a fragilidade das universidades públicas, sobretudo das estaduais, que passam a ter que gerir suas atividades com repasses de recursos cada vez mais incertos. O colapso administrativo é mais pronunciado em determinadas instituições, como por exemplo na UERJ, mas também preocupa a comunidade acadêmica de instituições estaduais de ensino superior de Paraíba, Paraná, Goiás, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio Grande do Sul.

Manifesto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) alerta que diante da política de sucessivos cortes orçamentários para ciência e tecnologia, “é alto o risco de laboratórios de pesquisa serem fechados, pesquisadores deixarem o país e jovens estudantes abandonarem a carreira científica”. O Brasil corre o risco de uma evasão de cérebros comparável apenas aos períodos da ditadura militar, quando muitos pesquisadores foram (compulsória ou voluntariamente) para o exílio, e do governo FHC, quando o congelamento de salários e bolsas por oito anos desestimulou milhares de jovens a seguir carreira acadêmica.

Com informações da revista Universidade e Sociedade 61-Janeiro 2018 - ANDES - SN / Cartilha - Crise de financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública - ANDES-SN / Marcelo Kischinhevsky - Projeto Colabora - Janeiro de 2018

CONTROLE FINANCEIRO - MARÇO/2018

Despesas Clube		
Funcionários	R\$	21.052,42
Contas Fixas	R\$	2.956,68
Material de Consumo	R\$	3.762,23
Material de Reforma	R\$	1.322,17
Material Esportivo	R\$	1.398,50
Manutenção Piscina e Sauna	R\$	3.500,00
Manutenção Geral	R\$	2.554,40
Evento	R\$	31,50
	R\$	38.015,50

Despesas Escritório		
Funcionários	R\$	7.742,03
Faxina	R\$	412,94
Contas Fixas	R\$	739,28
Material de Papelaria/Gráfica	R\$	276,70
Material e Manut. Informática	R\$	270,00
Material de Consumo	R\$	846,17
13°	R\$	1.106,10
	R\$	11.693,22

Despesas Gerais		
Contador	R\$	1.020,00
FGTS, DARF, GPS	R\$	11.530,67
Seguro de Vida	R\$	1.258,11
Unimed	R\$	5.075,95
Contrib. Sindical	R\$	188,86
Correios	R\$	100,00
Tarifas Bancárias	R\$	519,75
	R\$	19.693,34

Despesas Sindicais		
Andes	R\$	10.003,28
Advogado BH	R\$	3.181,65
Advogado Lavras	R\$	954,00
Diárias	R\$	784,70
Jornal Impressão/Agendas	R\$	1.140,00
Ressarcimento	R\$	208,00
Passagem/Hotel	R\$	353,52
Despesas diversas	R\$	445,94
Diligência	R\$	139,00
	R\$	17.210,09

Clube	R\$	38.015,50
Escritório	R\$	11.693,22
Gerais	R\$	19.693,34
Sindicais	R\$	17.210,09
	R\$	86.612,15

RECEITAS DO MÊS

Saldo em 31/03/2018	R\$	13.541,51
Aplicação	R\$	9.000,00
Contracheque	R\$	85.724,00
Débito em conta Seguro	R\$	1.550,09
Débito em conta Mensalidade	R\$	2.900,00
Débito em conta Pensionistas	R\$	1.740,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$	1.543,00
Boleto Mensalidade	R\$	1.135,50
Boleto Sócio Especial	R\$	321,00
Boleto Tênis	R\$	627,00
TOTAL	R\$	95.540,59

Ponto de Vista

Conhecimento, ignorância e preconceito na política brasileira

Já se tornou lugar-comum afirmar que o Brasil recente vem passando por um processo de intensa polarização ideológica. Provavelmente, esse juízo é superestimado, pois distorcido pelo impacto subjetivo que nos causa o tempo presente. Se, de um lado, temos que ter cautela para não produzir raciocínios historicamente míopes, por outro lado, é preciso reconhecer que, ao menos em alguns espaços, como na universidade, a radicalização política tornou-se senão mais intensa, certamente mais visível.

Dito isso, cumpre notar que tal visibilidade (a sugerir a alguns que o país anda mais “politizado”) não significa, forçosamente, mais clareza e coerência no uso e na articulação das ideias. Há muito a ciência política assentou a ideia que nem sempre mais participação política resulta necessariamente em debate minimamente ilustrado e racional. E, para aqueles que dedicam-se ao exame científico da realidade, é sempre desconfortável observar o modo inadequado das pessoas fazerem uso de certos conceitos.

Gosto de brincar com meus alunos que, por exemplo, todo cientista político morre de enfarto fulminante ao ouvir que o ex-presidente Lula, ou o PT são comunistas. Assim como é acometido por forte síncope ao se ajuizar que Jair Bolsonaro é liberal. Não se trata simplesmente de preciosismo terminológico. Os termos comunismo e liberalismo, bem como outros conceitos da ciência política, são dotados de significado e foram constituídos historicamente por um longo e intrincado processo, marcado por disputas, debates e reflexões. Utilizá-los espontânea e acriticamente nos leva quase que inevitavelmente a equívocos e precipitações, que só a “paciência do conceito” (para utilizar livremente de expressão hegeliana) pode evitar.

Liberalismo, por exemplo: termo hoje muito mal empregado, à esquerda e à direita. Para os primeiros é verdadeiro xingamento. Quando alguém, desse campo político, usa o termo para caracterizar seu interlocutor ou um determinado autor, é simplesmente para desqualificá-lo. Via de regra, deduz-se que liberal seja indivíduo contrário a qualquer forma de direitos e progresso social, um reacionário, ou, ao menos, um conservador. Alguém, em suma, de “direita”.

Curiosamente, muitos membros de nossa esquerda esquecem-se que, de acordo com o próprio Marx, se, por um lado, é verdade que o liberalismo representou os interesses particulares da classe dominante, por outro lado, é igualmente necessário reconhecer que ele foi uma visão de mundo revolucionária. Quando essa tradição surgiu no século XVII, ser liberal significava contestar qualquer forma de despotismo, de poder ilimitado e arbitrário e, por conseguinte, ser defensor das liberdades individuais, algo não apenas incomum, do ponto de vista dos costumes, como radicalmente inovador em relação ao sistema político. Assim, ainda que pudesse estar ligado a certas expectativas particularistas, fato é que o liberalismo criou um horizonte de expectativas que pressionou o mundo ocidental pela universalização e efetivação dessas liberdades. É precisamente essa ambiguidade e essa riqueza conceitual e histórica que se perde totalmente no uso mecânico dessas categorias.

Essa simplificação se agrava se considerarmos que o liberalismo, originalmente formado nos países do Atlântico Norte, teve que se aclimatar aos trópicos. Se lá, as ideias liberais estavam associadas a um contexto de formação

de uma sociedade de indivíduos que se viam tolhidos pelos privilégios da nobreza, do clero e do Estado, e que exigiam, conseqüentemente, liberdade de comércio, de associação, de pensamento, etc., aqui, as condições sociais eram radicalmente diferentes. Sem exaurir o assunto, basta lembrar que, no século XVII, período de surgimento da tradição liberal, o Brasil era fundamentalmente uma grande fazenda, organizada a serviço dos interesses da metrópole e das oligarquias locais, e mantida mediante o labor dos escravos, como continuaria a ser, em linhas gerais, até o século XIX.

Mas, retomando o argumento, o uso pouco reflexivo das categorias políticas não é privilégio de determinado lado do espectro político. A nossa “direita” também se esmera cotidianamente em erros e tolices conceituais e históricas.

Vejamos o caso emblemático de Jair Bolsonaro, que em recente visita aos Estados Unidos da América, disse ao jornal Folha de São Paulo que era “um liberal”, dado que não optara por visitar a Coreia do Norte. Que primor de silogismo!

Sem descurar do uso eleitoral desses slogans, fato é que boa parte dos nossos discentes, a despeito da fragilidade desses discursos, acabam assumindo-os como verdadeiros. Entretanto, uma análise da história estadunidense ou dos discursos políticos de fundação dessa nação, como aqueles reunidos no célebre Federalist papers, já evidenciariam que Bolsonaro pode ser muitas coisas, mas certamente não é liberal. Não é preciso muita inteligência para constatar a total incompatibilidade entre negar reiteradamente o princípio de que todos são iguais perante à lei, ou entre não lutar pela máxima liberdade individual (religiosa, sexual, etc.) e ser liberal. A rigor, Bolsonaro não é nem propriamente um conservador – pois esse não é avesso a qualquer mudança social, mas apenas receoso quando aos efeitos deletérios produzidos por sua intensa aceleração. Nosso deputado é, em suma, um político reacionário, entendendo esse termo não sob prisma ideológico e acusatório, mas segundo sua definição histórica e filosófica, isto é, como alguém que anseia por um retorno a certas práticas pré-modernas, como a violação sistemática de garantias fundamentais mediante a tortura e o estupro, ambas elogiadas pelo parlamentar por diversas vezes. Ao lado de um liberal do século XVIII, como Cesare Beccaria, ou do século XIX, como John Stuart Mill, Bolsonaro parece realmente ser um anacronismo político.

Para concluir, percebe-se o imbróglio em que nos metemos quando falamos sobre e da política sem qualquer conhecimento mínimo a respeito da história que a constitui. Para nossa “direita”, é preciso afirmar os princípios do liberalismo, mas, ao mesmo tempo, considera-se, de modo estapafúrdio e contraditório, que “direitos humanos” só valem para “humanos direitos”. Para nossa esquerda, por outro lado, defender o liberalismo é defender o retrocesso e interesses privados. Não veem eles, contudo, que nosso país é ainda tão atrasado (a despeito de conter, paradoxalmente, elementos da mais avançada modernidade) que realizar minimamente o liberalismo por aqui seria avançar muito em relação à consolidação da cidadania. Ignoram que ser liberal, no país do samba e do futebol, significa ainda, em pleno século XXI, ser de “esquerda”.

Encontro discute o papel da comunicação sindical

6º Seminário Unificado de Imprensa Sindical reúne em Salvador 115 representantes de entidades de 19 estados ligados à todas as centrais sindicais

A sexta edição do Seminário Unificado de Imprensa Sindical reuniu 115 participantes ligados à entidades vinculadas a todas as centrais sindicais, entre dirigentes e jornalistas, de 19 estados do país, tendo como tema central “Fortalecer a comunicação sindical para enfrentar os ataques do capital”. Organizado pelo Fórum de Comunicação da Classe Trabalhadora em parceria com o Sindicato dos Jornalistas da Bahia, o encontro realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho debateu temas centrais na luta em defesa dos direitos e contra os retrocessos em curso no país, como o papel da comunicação no avanço da consciência de classe; o diálogo com as bases e a relação entre os meios de comunicação clássicos e as novas plataformas; a comunicação de gênero, raça e movimentos populares dentro do próprio movimento sindical; a democratização da mídia e o papel dos modelos alternativos de comunicação em contraponto à mídia hegemônica.

O seminário surgiu nos anos 2000 dentro do Sindprevs/SC e tornou-se unificado a partir de 2012, reunindo diferentes categorias em níveis regional e nacional, tornando-se itinerante desde 2016, com edições em Florianópolis, Curitiba, Brasília e por último em Salvador.

Durante os debates, foi consenso entre os palestrantes convidados que as entidades sindicais, os partidos de esquerdas e os movimentos sociais têm um papel preponderante na conscientização da população quanto aos retrocessos nas políticas públicas e a consequente perda de direitos dos trabalhadores no Brasil pós-golpe de 2016.

Entretanto, torna-se necessário que os sindicatos busquem uma aproximação efetiva junto de suas bases, retomem o corpo a corpo junto aos seus entes e façam alianças com outras entidades de classe para que se tornem um instrumento de potencialização da luta pela garantia dos direitos tanto dos trabalhadores quanto da sociedade como um todo, extrapolando suas estruturas e ampliando o debate em torno de reivindicações históricas e não em torno de



pautas imediatistas.

Neste sentido, a imprensa sindical tem o papel fundamental na construção de uma contra-narrativa ao discurso hegemônico e conservador das classes dominantes e do capital financeiro em alta no país. “Nós estamos há anos debatendo como fazer esse enfrentamento, afirmando que não podemos olhar somente para nosso próprio umbigo. E, para os sindicatos entenderem as mudanças na vida da classe trabalhadora, se querem ter alguma influência na sociedade, se querem sua greve respeitada, tem que organizar as ideias, o ganha pão, a luta, o amanhã”, explica a coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), jornalista Cláudia Giannotti.

A jornalista Cláudia Costa, da CSP Conlutas, que participou da mesa sobre “A conjuntura e o papel da comunicação sindical no avanço da consciência de classe”, entende que as grandes mobilizações da classe trabalhadora, como a greve dos caminhoneiros ou mesmo nas marchas em defesa dos direitos à aposentadoria pública, que tiveram grande aceitação da população, impulsionam outras lutas populares. “Onde há ataque, há solidariedade e resistência e são nesses momentos que a comunicação da central mais cresceu”, explica Cláudia, que defendeu ainda a unificação da luta, das centrais, em torno de uma

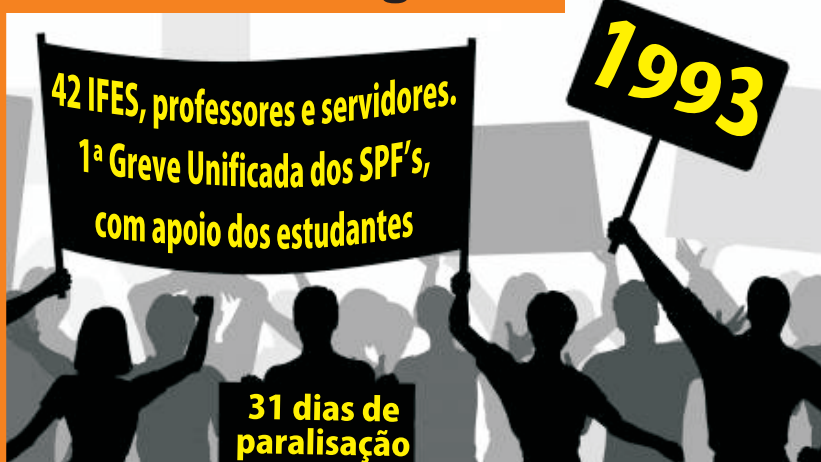
pauta única, como na marcha a Brasília, que reuniu 100 mil pessoas e parou a capital federal.

Já na mesa “Comunicar é preciso: o diálogo com a base e a relação entre os novos e os clássicos meios de comunicação”, o presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos, defendeu tanto a utilização das antigas formas de imprensa sindical, como jornal impresso e panfleto, quanto as novas plataformas digitais, porém tendo como foco a mudança de hábitos da classe trabalhadora e a ousadia como formas de mobilização das bases. “Deve-se trabalhar com a pedagogia do desejo, das emoções. Ninguém muda a ideologia de ninguém só com ideias, mas sim com mudanças de hábitos. Tem-se que criar oportunidade de mudanças na vida das pessoas, no cotidiano, no dia a dia, só assim o discurso faz algum sentido”, enfatizou Augusto.

A próxima edição do Seminário Unificado de Comunicação Sindical deverá ocorrer em Vitória (ES), em 2019. Ainda em Salvador, no sábado (2/6), foi realizado o 4º Encontro Nacional de Jornalistas Sindicais, voltado à discussões específicas da categoria.

A ADUFLA se fez presente com a participação de seu jornalista Adriano Salgado, com o objetivo de manter nossa comunicação atualizada e articulada com os movimentos da imprensa sindical nacional.

Histórico das greves



Reivindicações

- PAUTA UNIFICADA : - Política Salarial, com reajustes mensais.
- Isonomia salarial; - Recomposição do poder aquisitivo; - Pagamento dos Passivos Trabalhistas. - Incorporação de 84,32% do Plano Collor; - Liberação FGTS;
- Anistia para SPF's punidos em razão das greves.

Resultados

- Anistia dos servidores em greve; - Reajuste de 85% (escalonado); - Aprovação de política salarial até junho de 94;
 - Isonomia: concedida elevação da GAE escalonada.
- *OBS: Andes e Fasubra mantiveram a greve, mesmo com a saída dos outros setores, por não concordarem com as propostas do governo. Fim em 14/06.

Clube de Campo

Festa Junina



A tradicional Festa Junina no Clube de Campo da ADUFLA, no sábado (30/6), confirmou a expectativas criada em torno das comemorações de São João. Em torno de 400 pessoas, entre sócios e convidados, compareceram ao evento, que teve música ao vivo com a banda "Circo da Lua", queima de

fogos, fogueira, brinquedos para as crianças, comidas e bebidas típicas, caldos e muita animação em mais de seis horas de festa. Parabéns à toda a equipe de colaboradores que trabalharam com dedicação e empenho na organização da festa.

Café com os Aposentados



A terceira edição do "Dedo de Prosa - Café com os Aposentados", reuniu mais de 40 associados no dia 9 de junho, reafirmando o sucesso da projeto. A novidade desta edição foi o Bingo com premiação oferecida pela ADUFLA. Destaques para as mulheres, que dominaram o ranking com cinco prêmios.

O Café com os Aposentados é uma forma de integração entre aqueles que deixaram a sua marca na história da universidade e do sindicato, numa iniciativa que certamente terá muitos capítulos pela frente.

Investimentos em Infraestrutura

A diretoria do Clube de Campo, na gestão do professor Carlos Magno Alvarenga (DEF), em conjunto com a equipe de colaboradores, mantém um plano de ação contínuo de melhorias na infraestrutura e revitalização dos espaços para os associados, incluindo desde limpeza até obras de alvenaria, como a construção do muro nos limites da MG 365, de mesas de alvenaria em diversos pontos, de rede de esgoto nos vestiários do campo, rampas de acessibilidade, reformas de quiosques, da "Casa Velha", do parquinho e da academia de ginástica e instalação de sistema de irrigação na quadra de tênis,

Além disso, a diretoria da ADUFLA estuda novos investimentos para o Clube de Campo, como a instalação de sistema de energia fotovoltaicas para produção de energia elétrica e de sistema de aquecimento para a piscina atual, sendo estudado ainda a possibilidade da construção de uma nova piscina já com todo o sistema de aquecimento.

